

Globalização e desenvolvimento rural no contexto de crise

Manuel Belo Moreira¹

INTRODUÇÃO

Desde 2007 que o mundo vive uma situação de crise generalizada. Crise que primeiro se manifestou pelo súbito aumento de preços dos alimentos e a que se juntou a crise financeira que, rapidamente, se transformou numa crise social à escala mundial com uma importância e impacte que só nos anos 30 do século passado conheceu equivalente.

A crise alimentar, que afectou e ainda afecta os pobres de todo o mundo, mas sobretudo os dos países mais pobres, reverteu a ténue melhoria da situação de fome no mundo verificada na década anterior, levando a FAO a prever para 2009 cerca de 1020 milhões de pessoas mal nutridas, um agravamento de cerca **20% em 4 anos!**

Por seu lado e como é conhecimento geral, a crise financeira rapidamente extravasou o mundo das finanças e da economia virtual, atingindo fortemente a economia real: o colapso na actividade económica mundial pode medir-se pelo acréscimo de 61 milhões de desempregados, pelas quebras no investimento e comércio, pela forte redução das remessas de emigrantes (entre \$25 e \$66 biliões, em notação anglo saxónica) e pelo agravamento substancial da pobreza, com mais 100 milhões de pessoas a entrar no pouco desejável grupo dos que estão abaixo do limiar da pobreza (Alexander, 2010).

Vivemos portanto num contexto de crise social generalizada a que se juntam outras ameaças como o fim previsível do petróleo, recurso não renovável de que depende o grosso da economia e do crescimento económico mundial, os efeitos do aquecimento global e as cada vez mais frequentes catástrofes ambientais. Este encadeamento de factores de insustentabilidade interpela a sociedade como um todo sobre o futuro do sistema e da civilização que lhe está associada.

A resposta à crise e aos seus efeitos revelou estratégias distintas. A crise alimentar apesar da respectiva amplitude e dos muitos que dela sofreram foi olhada como mais uma das crises de mercado, características do sistema capitalista, não merecendo tratamento especial além de declarações piedosas de responsáveis governamentais e das agências internacionais sobre os problemas criados aos mais desfavorecidos. Já a crise financeira que apanhou de surpresa o *mainstream* económico e os governos, pondo em evidência a fragilidade das instituições financeiras a nível

¹ Professor do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa: mbelomoreira@isa.utl.pt

mundial e a incapacidade, gritante, tanto das instituições de regulação como das de previsão, mereceu outro respeito, tendo sido entendida como uma crise de tal modo grave que provavelmente poderia por em perigo todo o sistema capitalista. Daí que, à escala global, se tenha assistido a tão alto nível de intervenção governamental, contrariando tudo o que a ortodoxia económica vinha ensinando ultimamente sobre o papel dos governos e do mercado. Facto, por si só suficiente, para que a disciplina de Economia tenha sido sujeita a um escrutínio sem precedentes e provocado um processo de profunda discussão interna, a avaliar pela literatura publicada² e pelas opiniões que se encontram no mundo dos blogues económicos, muitas vezes apenas como ideias a explorar, mas também e sublinho, repescando visões críticas que a ortodoxia económica sempre descartou, mas que, agora, são lidas e relidas com outros olhos e quiçá mais respeito.

Neste contexto de globalização e crise, o objectivo central deste texto é identificar os principais factores que determinaram as mudanças na geografia produtiva agrícola e alimentar, sublinhando as respectivas implicações, em particular no que respeita ao desenvolvimento das zonas rurais mais desfavorecidas. Pretende ainda chamar a atenção para o aumento dos factores de insustentabilidade decorrentes dos modos de produzir e comercializar os produtos agrícolas e alimentares induzidos pelo processo de globalização.

O enquadramento metodológico adoptado é o da economia política cujas principais preocupações são a compreensão da lógica e dinâmica que subjazem a todo e qualquer processo histórico. Daí que se parta da compreensão da lógica e dinâmica da globalização para, de seguida, se proceder à identificação dos ganhadores e perdedores que as transformações verificadas no campo da produção agrícola e alimentar vão gerando.

Para tal parece-nos indispensável procurar entender o significado e génese do processo de globalização, uma vez que uma correcta apreciação do contexto das mudanças que lhes são inerentes é condição indispensável para enquadrar qualquer reflexão sobre a evolução da geografia da produção agrícola e do desenvolvimento rural. Todavia, dada a vastidão do tema da globalização, apenas se procura sublinhar os aspectos chave que nos parecem mais importantes para compreender a globalização e a sua génese.

² Ver a carta da British Academy de 22 de Julho de 2009 à Rainha da Inglaterra em resposta à pergunta desta quando visitou a London School of Economics: Why had nobody noticed that the credit crunch was on its way? In <http://www.britac.ac.uk/events/archive/forum-economy.cfm>. ou o longo artigo de Krugman no New York Times de 2 de Setembro de 2009 intitulado "How Did Economists Get It So Wrong?" http://www.nytimes.com/2009/09/06/magazine/06Economic-t.html?pagewanted=4&_r=3.

A globalização é aqui entendida como a fase actual do sistema capitalista resultante do processo como os diferentes agentes económicos e políticos e a sociedade civil interpretaram e souberam tirar partido das revoluções tecnológicas do último meio século para o desenvolvimento das respectivas agendas e ambições ideológicas, políticas e económicas, cujo nível de cumprimento permite identificar os ganhadores e perdedores.

As crises são momentos privilegiados de análise e reflexão por parte das ciências sociais pelo que uma crise como a actual que, como vimos, interpela a academia e põe em causa muitas das certezas que a ortodoxia dava por adquiridas, o deverá ser por maioria de razões.

Em relação à actual globalização, que se distingue de fases anteriores de globalização nomeadamente pela dimensão e liberdade do mundo as finanças, há que sublinhar a capacidade de amplificar e acelerar as mudanças inerentes à dinâmica do sistema capitalista. Amplificação e aceleração que dão uma visibilidade acrescida à intrínseca instabilidade do sistema e às crises que lhe estão associadas, permitindo mostrar os limites e as fragilidades das soluções baseadas em mercados auto-regulados sofrendo a pressão de poderosos especuladores, não sujeitos a qualquer controlo.

Finalmente, as questões da sustentabilidade ambiental que a globalização, em geral, e as mudanças de geografia produtiva agrícola e alimentar, em particular, exacerbaram, não podem deixar de também ser levadas em consideração na análise a desenvolver, ainda que de forma algo telegráfica. Em particular chama-se a atenção para o desperdício de capacidades produtivas e perda dos saberes, muitas vezes ancestrais e chama-se a atenção para a incongruência da inviabilização de produções ambientalmente mais sustentáveis em favor do desenvolvimento dos mercados de longa distância e das produções agrícolas intensivas, muito dependentes de recursos energéticos baseados no consumo de um recurso escasso e não renovável como o petróleo, apenas justificada pela procura da máxima rentabilidade de curto prazo e sem atender às externalidades envolvidas.

A GÉNESE DA GLOBALIZAÇÃO

A génese do processo de globalização deve ser procurada ao nível do ideológico³.

O processo de globalização que vivemos está intimamente ligado à emergência da ideologia neoliberal que, paulatinamente, se foi desenvolvendo até ter atingido a he-

³ Já Keynes chamava a atenção para o papel da ideologia na seguinte famosa citação “*The ideas of economists and political philosophers, both when they are right and when they are wrong, are more powerful than is commonly understood. Indeed the world is ruled by little else. Practical men, who believe themselves to be quite exempt from any intellectual influence, are usually the slaves of some defunct economist.*” Uma linha de raciocínio idêntico é seguida por Bresser-Pereira (2010).

gemonia nos finais dos anos 70 do século passado, quando consubstanciou projectos políticos que, desde então, foram sendo sistematicamente postos em prática.

O desenvolvimento da ideologia neoliberal iniciou-se nos anos vinte, como reacção às ideologias e práticas que colocavam o Estado em posição central e dominante, comum tanto ao nazi-fascismo como ao centralismo soviético. No seguimento da publicação de um livro de Walter Lippmann editorialista do *New York Herald Tribune*, realizou-se um Colóquio em 1938, sob os auspícios do Centre International d'Etudes Pour la Rénovation du Libéralisme, organizado por Luois Rougier (Denord, 2002). Na esteira desse colóquio nasceu em 1947 a Société du Mont-Pèlerin, criada por Friedrich Hayek⁴ e Wilhelm Röpke, que envolveu personalidades muito influentes tanto do ponto de vista económico e financeiro como intelectual⁵.

A ideologia neoliberal que conhecemos resulta portanto da confluência de ideias que, num primeiro momento, mostram as preocupações liberais perante a experiência soviética e a emergência do nazi-fascismo, tendo vindo posteriormente a tornar-se refém das ideias dos que nunca se conformaram o intervencionismo estatal em democracia defendido por Keynes o qual, depois de experimentado em grande escala durante o período da *New Deal* da administração Roosevelt, foi adoptado pelas democracias do após-guerra. Intervencionismo estatal que muito ficou a dever à ameaça soviética durante o período da Guerra Fria e que assumiu várias formas, desde a versão conservadora das democracias europeias, das ditaduras franquista e salazarista ou a dos países tutelados pelos EUA no imediato pós Guerra (Japão, Coreia do Sul e Taiwan), até à versão social-democrata típica dos países Nórdicos.

A ideologia neoliberal passou no entanto por um período de hibernação e disputas internas⁶, durante o período que ficou conhecido pelos 30 anos gloriosos, onde o crescimento económico serviu para curar muitas das feridas da guerra e a

4 Hayek cuja visão da liberdade é sugestivamente caracterizada por Brad DeLong num post intitulado Friedrich Hayek's "Shut Up and Be Grateful You Are Alive!" onde refere que no livro de Friedrich Hayek (1976), *Law, Legislation and Liberty: The Mirage of Social Justice* vol. II (Chicago, IL.: University of Chicago Press: 0226320839), p. 93 "where his idea of "freedom" seems to be freedom to (a) transact at the market's current prices, and (b) shut up and be grateful". In <http://delong.typepad.com/sdj/2010/08/hoisted-from-the-archive-friedrich-hayeks-shut-up-and-be-grateful-you-are-alive-argument.html>.

5 Como Ludwig Von Mises, Karl Popper, Lionel Robbins, Maurice Allais, Jacques Rueff, Raymond Aron, Milton Friedman, George Stigler, Bertrand de Jouvenel e Karl Polanyi, entre muitos outros (Dixon, 1999 e Denord, 2002).

6 Como refere Denord (2002) Bertrand de Jouvenel escreve a Milton Friedman dizendo que « *la Société du Mont-Pèlerin a perdu sa raison d'être en devenant l'instrument d'un libéralisme manichéen, qui voue un culte à la liberté d'entreprendre plutôt qu'à la liberté individuelle et dénie toute efficacité à la régulation étatique.* »

intervenção do Estado e o planeamento económico era não só aceite e amplamente praticado, como ensinado na general satisfazer a classe capitalista preocupada com as conquistas dos trabalhadores e com a importância dos sindicatos e das universidades. É nos anos 70 que o neoliberalismo ultrapassa as fronteiras da classe capitalista preocupada com as conquistas dos trabalhadores e com a importância dos sindicatos e ganha novos adeptos aproveitando o descontentamento geral provocado pela estagflação (crise económica onde se vivia, simultaneamente, em clima de estagnação mas com altos níveis de inflação) resultante da conjugação da Guerra do Vietname, das crises do petróleo e do colapso do sistema de Bretton Woods, verificado durante a administração Nixon, quando esta decidiu terminar a convertibilidade do dólar em ouro.

O neoliberalismo mais maniqueísta, para usar a expressão de Jouvenel, acabou assim por dominar instituições muito influentes, como o Institute of Economic Affairs que aparece no U.K. em 1955 e que nos anos 70 aconselha a Madame Thatcher e a Heritage Foundation nos EUA, fundada em 1973, que irá inspirar Ronald Reagan. Esta, no dizer de Bruce Bartlett, acabou por se tornar numa efficacíssima máquina de pressão sobre as duas Câmaras americanas, através de estudos facilmente entendíveis que eram postos à disposição dos políticos conservadores no preciso momento em que os assuntos estão para ser discutidos⁷.

A hegemonia da ideologia neoliberal passa do mundo dos *think tanks* para os *media*, onde os *opinion makers* Keynesianos são substituído ou se convertem, tendo atingido a hegemonia e poder políticos com a vitória de Thatcher e tem os primeiros sinais de mudança na administração Carter sendo abraçada como a política oficial de Ronald Reagan.

Para este processo de hegemonização neoliberal e para além dos apoios financeiros e políticos já referidos, muito contribuiu a legitimação que a academia lhe acabou por dar. Processo que começou com a crítica de Keynes levada a cabo por Milton Friedman e pela escola Austríaca liderada por Hayek e se foi desenvolvendo até chegar ao que Stiglitz chama de fundamentalismo de mercado, encabeçado pela escola de Chicago que se tornou na guardiã da verdadeira ortodoxia⁸.

⁷ Bruce Bartlett é um historiador Americano, adepto da *supply-side economics*, consultor de Ronald Reagan e funcionário do Departamento do Tesouro na Administração Bush pai, crítico do Partido Republicano desde a administração de Bush filho. Ver o respectivo blog <http://capitalgainsandgames.com/blog/bruce-bartlett/1655/politicization-think-tanks>.

⁸ Muitos dos ataques à intervenção estatal, verificados depois da deflagração da crise e uma vez passados os tempos mais agudos desta, tem sido legitimados por análises de expoentes dessa escola como Eugénio Fama, Gary Becker, Richard Posner, John Cochrane, etc.

Neste registo é ainda de sublinhar que muitos dos recursos canalizados para os *think tanks*, mas também para a academia, se destinaram ao escrutínio sistemático das falhas do Estado. Recursos provenientes de multimilionários individuais e das fundações que controlam, mas também das encomendas do Estado ou ainda envolvendo os grupos de pesquisa de organizações internacionais tão importantes como o FMI, Banco Mundial e OCDE, onde os EUA têm a posição dominante, determinando as agendas de pesquisa dessas instituições.

Não se nega que as falhas do Estado existam nem que, por vezes, sejam gritantes, apenas se sublinha que não foi certamente por acaso que os recursos dirigidos para a academia e para os *think tanks* não se dirigiram, em idêntico grau, ao escrutínio das falhas do mercado e aos modos de as superar⁹. Nem outro procedimento seria de esperar pois o fundamentalismo do mercado tem como sua matriz fundadora a bondade e eficiência do mercado, pelo que quando os seus defensores são obrigados a constatar que as falhas de mercado na realidade existem, nunca se esquecem de sublinhar que o mercado as auto-regulará e que qualquer intervenção do Estado nesse sentido provocará mais mal do que bem¹⁰. De facto, para muitos dos fundamentalistas do mercado só crises da amplitude da crise financeira de 2008 é que justificariam a intervenção do Estado, embora os mais exacerbados continuem a perfilhar as ideias de Andrew Mellon, Secretário do Tesouro Americano ao tempo da grande depressão de 1929 que afirmava “*liquidate labor, liquidate stocks, liquidate farmers, liquidate real estate... it will purge the rottenness out of the system. High costs of living and high living will come down. People will work harder, live a more moral life. Values will be adjusted, and enterprising people will pick up from less competent people*” (Wikipedia).

Note-se que foi necessária a deflagração de uma crise da dimensão da actual para que, finalmente, não sejam apenas alguns críticos do sistema a apelar para a necessidade de escrutínio às falhas de mercado e ao modo de as superar, o que não quer dizer que, mesmo com essa nova legitimidade, os recursos necessários venham

9 Domhoff (1996:4) é muito claro, argumentando que o poder do capital sobre os especialistas usa uma variável do tipo da cenoura e do bastão. “Como cenoura o capital oferece bolsas e lugares nos *think tanks* controlados pelos seus agentes, ambos considerados mais lucrativos, prestigiantes e estimulantes do que o mero ensino universitário, excepto num seminário de pós graduação ocasional. Por bastão têm: (1) a substituição dos dissidentes por uns mais razoáveis; (2) a exclusão dos dissidentes das discussões sobre políticas por eles financiadas; (3) as despromoções e (4) os despedimentos”.

10 Trata-se na realidade de uma nova religião veiculada pelo *Wall Street Journal* ou pelas secções de negócios da *Times* e *Newsweek*, onde o léxico “*bear a striking resemblance to Genesis, the Epistle to the Romans, and Saint Augustine’s City of God*” como sublinha, com humor, o Professor de Teologia de Harvard, Harvey Cox (1999).

a ser canalizados para o seu estudo de modo a equilibrar melhor o grau de conhecimento dos dois tipos de falhas.

Uma última nota sobre o enviesamento da academia quanto às ideias que surgiam e punham em causa o fundamentalismo do mercado. É que no momento em que a ideologia neoliberal ainda estava longe de atingir a hegemonia já havia suficiente evidência, mesmo proveniente de alguns sectores do *mainstream*, que punham em causa as fundações da corrente ortodoxa da economia que defende o mito dos mercados eficientes e auto-regulados, pedra de toque de qualquer neoliberal que se preze. Só que então e até aos dias de hoje o peso da ortodoxia não cessou de se fazer sentir e se não bloqueou totalmente o estudo de outras alternativas, foi suficiente para lhes limitar o alcance¹¹. Não será por acaso que um artigo de opinião de Stiglitz, publicado no Financial Times a 19 de Agosto de 2010, se intitula *“Needed: a new economic paradigm”*.

Perante este enviesamento da academia, que desde então se reforçou, pelo menos até ao sobressalto provocado pela crise, não é de estranhar o que se passa com a profissão. Em plena crise, um inquérito aos economistas americanos efectuado em 2009 permitiu concluir *“Free market theory, mathematical models and hostility to government regulation still reign in most economics departments at colleges and universities ... The belief that people make rational decisions and the market automatically responds to them still prevails ... Graduate students who stray too far from the dominant theory and methods seriously reduce their chances of getting an academic job”* Wade (2010, citando Cohen, 2009).

Num outro registo, também não será de estranhar que o peso da hegemonia neoliberal também tenha sido suficiente para bloquear todas as vias alternativas de desenvolvimento em que muitos depositaram grandes esperanças, como a defendida pela OIT, centrada na promoção da garantia de cesta básica (*basic needs*) aos excluídos, ou a ideia de ecodesenvolvimento defendida por Sachs.

¹¹ O exemplo do que se passou com os estudos sobre as assimetrias da informação que acabaram por dar o prémio Nobel da economia em 2001 a Akerlof, Stiglitz e Spence é bastante elucidativo. O artigo seminal de Akerlof *“The Market for Lemons: Quality Uncertainty and the Market Mechanism”* foi submetido para publicação em 1967 no *The American Economic Review*, tendo recebido uma carta de um editor rejeitando o artigo sob a alegação que a revista não publicava artigos sobre assuntos tão triviais. Akerlof tentou a seguir *The Review of Economics Studies* e *The Journal of Political Economy*, que também o rejeitaram. Akerlof acabou por receber alguns relatórios de *referees* que diziam que o problema da informação não poderiam ser tão severos, como sustentava o artigo, porque bens de todas as qualidades eram vendidos. Dizendo um desses *referee* que **se o autor estava correcto então a economia seria muito diferente!** E assim, só em 1970, é que o artigo acabou por ser publicado no *Quarterly Journal of Economics* (Cassidy, 2009:153, sublinhado meu M.B.M.).

Em suma, até à crise de 2007/8 o fundamentalismo do mercado dominou profusamente e impôs a sua lei nas políticas económicas e sociais. E note-se, longe de ter sido derrotado, já aproveita o crescimento dos deficits soberanos, provocados pela necessária resposta à crise, para tentar fazer esquecer quais as razões da crise e retomar o *business-as-usual*, obrigando os governos a adoptar políticas de austeridade¹². Jogada de mestre, que tem como inspiração as artes marciais onde se aproveita a acção do adversário para potenciar o golpe.

A lógica e dinâmica da globalização

Uma vez elucidada a génese da globalização resta-nos apreciar, ainda que brevemente, o significado da mesma, lembrando que se tratou de um projecto posto em prática pela vontade do poder político da potência dominante e seus aliados mais estreitos¹³.

Já se referiu acima que as revoluções tecnológicas foram condição necessária para tornar possível a globalização que conhecemos. Destacam-se, pelo seu impacto e visibilidade, a revolução dos transportes, juntamente com a nova logística baseada na generalização da contentorização e muito dependente de algoritmos de optimização que só se tornaram operacionais com a revolução das tecnologias da informação.

A revolução dos transportes tornou o transporte tanto de passageiros como de mercadorias muito mais rápido e barato, estimulando o comércio e o turismo a longa distância. Por seu lado, a revolução nas tecnologias da informação permitiu contactos imediatos e baratos em tempo real e com um alcance hoje em dia praticamente global, através da generalização do uso da Internet. Mas também há que referir os progressos computacionais que permitiram a aplicação de programas

¹² E isto apesar de muitos e conceituados economistas - entre os quais os prémios Nobel da economia, Krugman, Stiglitz, Arrow, Solow, McFadden - refutarem vivamente essa necessidade de austeridade quando a economia mantém no desemprego milhões de pessoas em todo o mundo (Ver manifesto dos Economistas Americanos *GET AMERICA BACK TO WORK*. In <http://www.thedailybeast.com/blogs-and-stories/2010-07-19/save-the-economy-a-manifesto-by-harry-evans-joseph-stiglitz-alan-blinder-and-other-leaders/>).

¹³ O momento mais marcante dessa vontade do poder político em impulsionar a globalização neoliberal foi a neoregulação financeira e a liberdade dos movimentos de capitais que, voluntariamente ou a contra gosto, foi aceite pela maioria dos países. Neste registo é importante reter a análise de Dani Rodrik e Subramanian (2008:18) “*On the international front, even leaving financial crises aside, it seems increasingly clear that the benefits of financial globalization are hard to find. Financial globalization has not generated increased investment or higher growth in emerging markets. Countries that have grown most rapidly have been those that rely less on capital inflows. Financial globalization has not led to better smoothing of consumption or reduced volatility. If you want to make an evidence-based case for financial globalization today, you are forced to resort to fairly indirect, speculative, and, in our view, ultimately unpersuasive, arguments*”.

poupadores de tempo e promotores de ganhos de eficiência, muitos deles usando algoritmos altamente sofisticados que são usados em campos tão diversos como as diferentes subsectores da gestão, a logística ou as transacções financeiras. Esta revolução permite assim o funcionamento em rede dentro da empresa, entre empresas, mas também entre indivíduos que não se conheciam antes de aderir às redes sociais, cujos efeitos civilizacionais só recentemente começam a ser estudados. Daí que também a sociedade civil tenha vindo a mudar as formas como reage aos resultados da globalização (Castells, 1996).

É de sublinhar a forma como os agentes económicos ganhadores se adaptaram e tiraram proveito dessas revoluções tecnológicas, ilustrada pelas estratégias de gestão adoptadas pelas empresas transnacionais baseados nos conceitos do *just-in-time*, do *outsourcing* e do *offshoring*, talvez os fenómenos mais visíveis da globalização, que muito contribuíram para reformular profundamente a dinâmica do capitalismo produtivo mundial.

Reformulação não só no que respeita à forma como as empresas transnacionais passaram a funcionar, em redes e sujeitas a uma lógica centralizada, mas também na forma como o capitalismo voltado para a produção de bens, perdeu peso económico e político em detrimento do capitalismo da intermediação, isto é do capitalismo comercial e o financeiro.

Com a globalização, o capitalismo comercial transformou-se e ganhou peso relativo. Surgiram novos gigantes que passam a figurar entre as maiores empresas mundiais, com níveis de concentração crescentes, particularmente ao nível da distribuição e retalho, assumindo frequentemente um carácter oligopolista, quando não configurando casos de monopólio localizado. Gigantes que substituíram em importância e poder muitas das estrelas do antigo capitalismo industrial, envolvido directamente na produção de bens. A substituição só não foi mais completa porque o capitalismo industrial se adaptou internamente¹⁴ e também porque em muitos casos passou a integrar grupos onde as valências comerciais e financeiras superaram em importância a produção industrial.

¹⁴ Note-se que muito do que se pensa ser capitalismo produtivo na realidade não o é, Castells (2003) dá o exemplo da Cisco, empresa transnacional que se associa a unidades produtoras de material informático. Todavia, na realidade, a Cisco mais não é do que o centro de concepção e comercialização, sendo o fabrico dos materiais de marca Cisco remetido para algumas dezenas de unidades produtivas independentes. Esta forma de sub-contratação para empresas mais pequenas e independentes e até para trabalhadores autónomos, que Singer refere como Terceira Revolução Industrial, tem como corolário o aumento da precariedade do emprego (Singer, 1998: 18)

Todavia a mudança mais importante, foi o crescimento exponencial do capitalismo financeiro, a ponto de muitos autores caracterizarem o período mais recente como aquele em que domina a *financiarização* da economia¹⁵.

IMPLICAÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO

Das muitas implicações da globalização abordam-se somente dois aspectos: o impacto da financiarização da economia e as mudanças de geografia produtiva induzidas pela globalização e seus efeitos no desenvolvimento rural.

4.1 A *financiarização da economia*

Para dar uma ideia da importância da financiarização da economia veja-se a parte do sector financeiro na apropriação dos lucros empresariais nos EUA: de 1973 a 1985, representava 16% dos lucros das empresas domésticas; em 1986 passou a 19%; nos anos 90 oscilou entre os 21 e os 30% e atingiu, nesta década, os 41%. (Johnson, 2009: 4). E, como corolário, os vencimentos e compensações dos funcionários de topo do sector financeiro atingem valores astronómicos contribuindo para o alargar das desigualdades, como os *media* repetidamente nos informam.

A financiarização trouxe consigo vários efeitos perversos. Um deles que, entre outros, é sublinhado por Stiglitz, lamenta a atracção pelo sector financeiro dos alunos mais brilhantes das universidades, os mais capazes de conceber e entender os modelos que têm contribuído para as vantagens concorrenciais dos vencedores na arena financeira. Trata-se portanto de uma verdadeira fuga de cérebros que deixam de ser utilizados em actividades produtivas e científicas, incapazes de competir com os níveis remuneratórios da finança.

Mas não fica por aqui o impacto da financiarização da economia. Um dos aspectos mais relevantes tem a ver com as condicionantes que essa financiarização tem colocado ao modo de actuação do Estado.

Em primeiro lugar porque as políticas neoliberais têm horror à produção e manutenção de bens públicos, não sendo por acaso que toda a retórica traduzida pela mensagem do “menor Estado melhor Estado” incide sempre nos cortes da intervenção do Estado e não na melhoria das prestações do Estado em contrapartida aos impostos que arrecada. Ora sabe-se que, por definição, bem público é algo que não interessa ao capitalismo privado embora possa ser de importância decisiva para a qualidade de vida das populações em geral e até para a sobrevivência das populações mais desfavorecidas.

¹⁵ Bresser-Pereira (2010) desenvolve o conceito a que chama financeirização. Sobre o assunto ver também Stiglitz (2010) e Cassidy (2009).

Em seguida porque se passou de um Estado Regulador, para um Estado Facilitador dos requisitos do capital (McMichael & Myhre, 1991). Qualquer observador das gerações mais velhas se lembra do tempo em que as empresas que se internacionalizavam – as empresas multinacionais como então se chamavam – negociavam com os governos dos países de acolhimento as contrapartidas oferecidas para garantir a autorização de instalação¹⁶. Tudo isso mudou com a globalização, agora são os governos locais que disputam a localização das empresas transnacionais e oferecem contrapartidas, fiscais ou outras.

Com a hegemonia ideológica e política do neoliberalismo abriu-se o projecto, utópico, de limitar o Estado à função de garantir das boas condições de funcionamento do capitalismo, garantindo direitos de propriedade, fiscalidade benigna, retorno de lucros sem entraves e, se preciso, mão dura sobre os trabalhadores. Na realidade porém isso não significa que haja menos intervencionismo do Estado, pois há áreas onde ele não cessa de aumentar, só que esse intervencionismo é agora profundamente enviesado em favor do capital e, particularmente, do capital financeiro. É assim que muitos autores em vez de caracterizar esta fase como de desregulação, preferem caracterizá-la como de re-regulação (Bonanno *et al.*, 1994) ou mais recentemente Otero e Pechlaner (2010) que propõem o conceito de neoregulação.

Em suma a função reguladora do Estado tem vindo a mudar de carácter e, em muitos casos, a ser substituída pela regulação empresarial que, no sector da alimentação tem cada vez maior relevância.

Não é assim de estranhar que atender às externalidades negativas provocadas pelas actividades económicas em geral e das empresas transnacionais em particular, tenha sido algo sistematicamente secundarizado, quando não descartado como irrelevante nos países ricos¹⁷ e por maioria de razões nos mais pobres, onde qualquer tentativa de as regular é entendida como entrave ao desenvolvimento e contrário à necessidade de atrair capitais estrangeiros, não merecendo portanto qualquer sugestão/imposição de operacionalização por parte de entidades como o Banco Mundial e FMI, que tão zelosas foram em aprofundar a agenda neoliberal.

¹⁶ Situação agora restrita a alguns casos particulares, como na China onde o mercado é tão vasto e o poder do governo ainda se faz sentir a um nível sem comparação com o resto do mundo (Tapia, 1995), ou então naqueles Estados-nação onde a corrupção campeia e para os quais há sempre que contar com esses custos para garantir a instalação e o funcionamento normal dos negócios sem problemas de maior.

¹⁷ Onde a regulação supostamente seria mais eficaz. Todavia essa eficácia é seriamente contestada como é bem evidente no post de Reich de 20/8/2010 *Corporate rotten eggs* que se pode aceder no respectivo blog: <http://robertreich.org/post/985703357/corporate-rotten-egg>.

Ou seja, mesmo quando não há pressões directas dos interessados, que as há¹⁸, o que se verifica é que ao interiorizar a necessidade de atrair os capitais estrangeiros os governos são levados a formas de auto-censura no que respeita ao modo de encarar as externalidades, sempre com receio que o capital escolha outra localização alternativa. Isto é, instalou-se uma lógica competitiva entre os governos interessados em atrair capital que os leva a abraçar a lógica facilitadora e a descartar, como supérfluo, tudo o que possa ser considerado como entrave aos interesses do capital. Daí que nos círculos do poder muito poucos estarão verdadeiramente interessados em levantar a questão das externalidades a não ser, quiçá, para elevar o nível das contrapartidas, nos casos em que a corrupção é prática corrente.

Finalmente, mas não de menor importância, sublinhe-se os efeitos perversos da financiarização e do controle que a financiarização exerce sobre os Governos e que se prendem com a falta de respeito pelas decisões democráticas das populações, que à luz desta lógica, podem ser secundarizados em relação às prerrogativas que o neoliberalismo outorga ao capital¹⁹.

Tome-se o exemplo dos EUA, país com uma forte uma imagem de marca de eficaz respeito pela legalidade e que como potência dominante adquire um significativo mais relevante e preocupante. Simon Johnson²⁰, num artigo de Maio de 2009 intitulado “*The Quiet Coup*”, afirma que a indústria financeira *capturou o governo* americano (sublinhado meu, MBM)²¹. Captura do governo que muito provavelmente se intensificará com o anunciado fim das restrições às doações anónimas aos políticos por parte das grandes corporações. A acção de lobby nos EUA vai assim entrar num novo patamar muito mais de acordo com as agendas dos interesses financeiros mais poderosos.

Mas não se fica por aí a influência e poder da finança. Quem não se lembra do poder das agências de *rating* que, mau grado o extraordinário falhanço na leitura

18 Como quando se trata de exportar actividades poluentes para os países pobres onde a regulação não existe.

19 A possibilidade das empresas transnacionais poderem levar aos tribunais os Estados que cometam acções capazes de lhes reduzir o lucro ou impedir a sua acção é algo que foi introduzido na legislação do comércio internacional. Um exemplo gritante dessas regras deu-se quando a empresa de base canadiana a Metanex levou aos tribunais os EUA por estes terem decidido proibir o uso do aditivo à gasolina dessa empresa – MTBE – dados os riscos de cancro e as contaminações verificadas em 10000 explorações de água. Ou a condenação do México em 16,7 milhões de dólares de indemnização à Metalclad, companhia de tratamento de lixo dos EUA quando as suas instalações de San Luis Potosi foram bloqueadas (Greider, 2001).

20 Simon Johnson desempenhou em 2007-8 as funções de *Economic Counsellor and Director* no FMI.

21 No mesmo registo Bresser-Pereira (2010:53) cita uma observação de Willen Buiter num simpósio do Federal Reserve Bank segundo o qual as autoridades internalizaram “como que por osmose, os objetivos, interesses e percepções da realidade adotados por interesses privados que deveriam regular e monitorar em nome do interesse público”.

dos indicadores que prenunciavam a crise de 2007/2008, voltaram a ganhar suficiente credibilidade para, de novo, condicionam os Estados-nação e obrigam os governos a conformar-se com as directivas mais ortodoxas das políticas económicas, nomeadamente forçando à austeridade para com os trabalhadores, desempregados e pensionistas, mas sem por em causa benefícios para o capital. De facto, como dizia Jean-Paul Fitoussi (1997) entrámos num período de *tiranía financeira*, situação que não cessou de se intensificar desde o momento em aquele autor aplicou o termo pela primeira vez.

A concluir este ponto realçam-se três aspectos. O primeiro é que com a globalização se verifica uma aceleração na dinâmica do sistema. Movimentos anteriormente lentos passaram, com a globalização, a ter resultados imediatos em todas as partes do mundo²². Em seguida, há um elemento novo trazido pela actual globalização que é a financiarização da economia. Movimento que a princípio era só quantitativo, mas que com a amplitude e poder que vem ganhando passa a qualitativo. E, finalmente, sublinhe-se que a liberalização, a re-regulação ou neoregulação e as privatizações, características da globalização neoliberal e a aceleração das mudanças resultantes das revoluções tecnológicas, produzem novos ganhadores e perdedores a nível local, nacional e global.

4.2 Mudanças na geografia produtiva e suas implicações para o desenvolvimento rural

Várias abordagens ajudam a explicar as mudanças na geografia produtiva para as quais a globalização constitui um forte elemento acelerador e intensificador dos processos que as determinam.

Adam Smith explica como indústrias ou territórios se especializam em determinada produção quando gozam de vantagens absolutas. Mais tarde, David Ricardo, ao estabelecer o princípio das vantagens comparativas demonstrou que a divisão do trabalho inerente à especialização produtiva induzida pelo mercado é benéfica para os territórios intervenientes²³.

22 Lembro-me perfeitamente do dia em que por acaso estava no Brasil e vi nas notícias do fim da tarde que a crise financeira asiática tinha deflagrado. Nessa mesma noite, as notícias reportavam um aumento da taxa de juro imposto pelo Banco Central do Brasil que quase duplicava a anterior. Que melhor imagem para o fenómeno de globalização se pode encontrar, quando se sabe que então os países atingidos pela crise poucas relações tinham com a economia brasileira o que não poupou a população brasileira de sentir na pele os efeitos de uma crise para a qual não contribuiu de modo nenhum.

23 Na realidade o que o princípio demonstra é que com as trocas comerciais todos podem sair beneficiados e não que todos o sejam. Pois decorre do mesmo princípio que os benefícios directos podem ser mais que proporcionalmente benéficos para uns intervenientes do que para os outros. E aqui não refiro eventuais benefícios indirectos, como por exemplo os benefícios da dinâmica industrial face à especialização na agricultura, implícita na proposta de Ricardo, nem ao facto, claramente assumido por Ricardo, de que com as trocas de cereais beneficiava a industrialização da Inglaterra, mas contrariava os privilégios dos terratenentes ingleses.

Já na primeira metade do século passado Schumpeter, ao cunhar o termo de destruição criadora, chama a atenção para o inerente desenvolvimento desigual do sistema capitalista envolvendo a inovação como elemento chave explicativo dessa dinâmica. Willard Cochrane (1979) ao desenvolver o conceito de “sem-fim tecnológico (*technological treadmill*)” mostra como, em ambiente concorrencial, a adopção das inovações capazes de aumentar a rentabilidade económica através das economias de escala gera uma dinâmica que obriga todos os produtores que querem continuar no mercado a adoptar as inovações mais rentáveis. Daí resulta a tendência para as mudanças estruturais na agricultura que a história vem validando: cada vez menos explorações, mas maiores, mais especializadas e mais produtivas. Movimento que, por si só, leva a mudanças de geografia produtiva e à homogeneização da especialização geográfica decorrente das tecnologias usadas.

Mais recentemente, Goodman, Sorj e Wilkinson (1987) ao analisarem as relações entre o mundo agrícola e o mundo industrial, introduzem os conceitos de apropriação e substitucionismo, para explicar como, o mundo industrial cada vez mais se apropria de tarefas anteriormente exclusivas do mundo agrícola ou é capaz de, através das vantagens da produção industrial, encontrar substitutos mais baratos para produções agrícolas tradicionais, que assim se tornam obsoletas. As achegas destes autores têm o grande mérito de mostrar como a geografia produtiva agrícola depende estreitamente do mundo industrial²⁴. De facto, as condições para o pleno funcionamento do apropriação e do substitucionismo exigem níveis de desenvolvimento industrial, mais ou menos exigentes, consoante a sofisticação das tarefas a apropriar ou dos produtos a substituir.

Sabe-se que o substitucionismo já provocou no passado grandes mudanças de geografia produtiva e que, com o avanço da ciência, por um lado, e as dificuldades previsíveis de alimentar uma população mundial em crescimento, por outro, só é de esperar que essas mudanças se intensifiquem. Basta lembrar que quando a indústria química passou a fazer colorantes sintéticos as plantações de anil praticamente desapareceram e que a borracha sintética destronou o látex e a profissão de seringueiro. Mas como aqueles autores sublinham, há muitos outros sucedâneos dos produtos agrícolas que, embora lentamente, vão ganhando espaço na cadeia alimentar humana, tanto indirectamente através da alimentação animal, como directamente, ao produzir alimentos como a carne sintética.

Em suma, já não é do âmbito da ficção científica prever que, num futuro próximo, grande parte da alimentação humana será produzida em ambiente industrial

24 Como sublinha Veiga (2000) não faz muito sentido pensar o rural separadamente do urbano.

através da manipulação de matérias elementares – hidratos de carbono, proteínas e gorduras – muitas das quais não são de origem agrícola e que os avanços da biotecnologia venham permitir fabricar, em ambiente industrial, produtos “naturais”²⁵.

Por outro lado, é bem conhecido que a produção industrial é inseparável de rendimentos de escala que permitem ganhos de produtividade, pelo que quando se verifica a apropriação de tarefas ou substituição de produções, há ganhos de rentabilidade mais que proporcionais. Dito de outro modo, a lógica de destruição criadora e o sem-fim tecnológico jogam em pleno e quem não quer ou não pode seguir esse caminho acaba excluído do mercado.

Finalmente, ainda que insuficientemente estudado, importa dar atenção ao papel desempenhado pelas centrais de compras dos grandes grupos oligopolistas da distribuição e retalho que, como vimos emergiram em força com a globalização. Todavia, no que respeita à geografia produtiva há desde já algumas pistas que convém explorar. Do ponto de vista das empresas colocadas na distribuição e retalho, sabe-se que a pedra de toque da respectiva rentabilidade prende-se com a escala e com a velocidade de rotação de stocks. É muito mais vantajoso vender milhares de produtos por dia com uma margem de comercialização diminuta do que apenas umas dezenas, mesmo que com margens de comercialização muito superiores. E, por outro lado, estas empresas apenas negoceiam com um número reduzido de interlocutores²⁶.

Daí que, para competir num mercado cada vez mais dominando pelas centrais de compras, os produtores têm que se adaptar aos padrões por elas definidos e garantir quantidades suficientes²⁷. Os produtores, acabam assim por ser forçados a obedecer aos padrões e outras exigências dos oligopólios, mas também têm de concentrar a oferta dos seus produtos pois, de outro modo, nem sequer chegam à mesa de negociação. Tudo mudanças que têm obrigado os agricultores de todo o mundo a um esforço de adaptação profundo e muito rápido, quando visto à luz do tempo histórico.

25 Biotecnologia voltada não tanto para o aumento da produção agrícola através de organismos geneticamente modificados que tanta controvérsia levanta, mas para a produção de produtos “naturais” em ambiente industrial. Sabe-se que a biotecnologia já conseguiu produzir sumo de laranja “natural” em laboratório, daí à passagem à produção industrial é um passo que decorre apenas dos custos e benefícios privados, pelo que não será de estranhar que num futuro próximo a produção de citrinos para sumo seja fortemente atingida (Busch e Lacy, 1988).

26 Grievink um consultor desta indústria refere que é em cerca de 70 locais de negociação das maiores cadeias de supermercados que se tomam a maioria das decisões sobre o que se encontra nas prateleiras dos supermercados da Europa (Grievink, 2003, citado por Busch, 2010).

27 São raros os produtos de nicho que chegam às prateleiras em competição com os produtos de massa e, quando aparecem, resultam sobretudo de estratégias comerciais dos vendedores que não querem deixar de ter alguns produtos especiais para atrair clientes exigentes.

Antes desta fase de globalização a grande limitação do comércio a longa distância vinha do campo político, isto é do grau de protecção existente. Limitação que, como é sabido, foi sendo severamente reduzida à medida que o processo político pró globalização ia fazendo o seu caminho²⁸. Ou seja, quando a potência dominante considerou ser do seu interesse alargar a concorrência, diminuindo o protecção. Foi assim na anterior fase de globalização dominada pela Inglaterra e que terminou com a primeira Guerra Mundial e é assim na fase actual quando os EUA decidiram promover a liberalização mesmo para os produtos da agricultura, que anteriormente e, por sua decisão, não tinham sido incluídos no GATT²⁹.

O desenvolvimento desigual, inerente ao desenvolvimento capitalista, traduz-se numa dinâmica em que empresas, sectores económicos e regiões crescem e se desenvolvem, ao mesmo tempo que outras empresas, sectores e regiões estagnam ou entram em declínio, dinâmica que se processa a ritmos substancialmente diferentes. Reconhecendo isso, não será de estranhar que, em resultado da dinâmica do mercado, se intensifique a divisão entre as zonas prósperas, social e economicamente dinâmicas, contrastando com outras zonas mais pobres ou sujeitas a processos de empobrecimento e marginalização social. Não faltam exemplos que o atestem e ao nível da União Europeia há mesmo políticas específicas voltadas para as chamadas zonas desfavorecidas.

Com a globalização este processo acelera-se, intensifica-se e alarga o seu âmbito. Agora já não se verifica apenas no seio de determinado território nacional e para poucos produtos, mas põe em concorrência muitos produtos oriundos de espaços económicos muito diversos e por vezes bem distantes. Aspecto que não é demais sublinhar pelas implicações que trouxe aos processos de desenvolvimento rural.

4.3 Resultados distintos para situações diferentes

O processo de desenvolvimento desigual ganhou assim um novo ritmo e velocidade com a globalização e coloca as zonas rurais perante três tipos de cenário, conforme as situações estruturais, de empreendedorismo e possibilidade de ligação às redes globais de oferta e procura.

No primeiro cenário as zonas rurais integram-se plenamente nas cadeias de comércio global através da produção de bens ou serviços. Sob a perspectiva da oferta,

28 Retomando níveis só verificados na anterior fase de globalização (Bairoch, 1997).

29 Embora, como é claro para quem estuda políticas agrícolas, essa liberalização esteja longe de ser completa, sobretudo nos EUA e na EU, pois subsistem inúmeros exemplos de protecção, mais ou menos disfarçado.

trata-se de zonas onde existe uma boa capacidade competitiva o que significa estruturas favoráveis, custos de produção baixos e capacidade de se conformarem com as exigências regulamentares e de padronização impostas pelos centros de decisão global, ou de deterem imagens de marca privilegiadas que lhes permitam tirar partido de serviços globalizados, como o turismo. Do lado da procura, são zonas onde a produção agrícola, rentável, disputa com outras actividades o uso dos capitais e dos outros recursos, desde os locais onde cidadãos de rendimentos médios ou altos procuram refúgio para segundas habitações ou para lazer aproveitando a existência de altos níveis de amenidades naturais ou culturais.

Este cenário, obviamente, não é o que mais se ajusta às zonas rurais desfavorecidas excepto em alguns casos pontuais de zonas rurais da periferia, embora aqui tanto a oferta como a procura sejam, na maioria dos casos, originadas e desenvolvidas segundo interesses exteriores, ficando para os locais as sobras das actividades e a possibilidade de garantir algum emprego, muitas vezes apenas sazonal.

Num segundo cenário, em situações naturais e estruturais mais difíceis e ao qual só conseguem aceder algumas zonas restritas, as produções de bens e serviços locais que se conseguem adequar às exigência da globalização só têm capacidade competitiva se recorrerem à lógica de nicho de mercado, seja de produto ou de serviços. Se a estratégia for bem sucedida essas zonas são capazes de manter uma vida económica e social com suficiente dinamismo para satisfazer as respectivas populações. Neste cenário, mais do que no anterior, as potencialidades da oferta e a capacidade desta se ajustar à procura global, dependem sobretudo de lógicas exteriores.

Qualquer destes dois cenários não põe grandes problemas e as políticas de desenvolvimento rural que lhes interessam incidem, sobretudo, na forma de potenciar as vantagens que já possuem.

Já o mesmo não se passa com o último cenário que é, de longe, o mais desfavorável dos três. Trata-se das zonas rurais menos favorecidas com condições naturais mais difíceis, infra-estruturas deficientes ou em decadência e ausência de dinamismo económico, com o consequente deficiente empreendedorismo. Deficiente empreendedorismo no sentido mais lato do termo, isto é, quando na falta o empreendedorismo individual privado não há outras instituições públicas ou privadas capazes de exercer as funções empresariais necessárias para manter uma sociedade económica e socialmente dinâmica.

Neste caso e se raciocinarmos apenas em termos de mercado verifica-se que a produção local é incapaz de competir com a produção global pelo que o resultado óbvio será o declínio progressivo. Poderá, no entanto, haver algumas ilhas de procura, comandadas por interesses do exterior que organizem a oferta local, mas cujo

dinamismo e âmbito restrito em pouco ou nada contribui para o desenvolvimento local generalizado necessário para reverter o declínio.

Para este cenário mais desfavorável resta a hipótese de alguma intervenção estatal que sirva, de algum modo, para compensar as incapacidades de empreendedorismo e concorrenciais, sejam elas resultado de causas naturais ou estruturais.

Acontece porém que o fundamentalismo de mercado que comanda a globalização e a tirania financeira intimamente ligada à financiarização da economia vieram inviabilizar os instrumentos mais simples que permitiam aos Estados contrabalançar os efeitos mais negativos da concorrência global para com estes espaços. De facto, os Estados já não podem impedir que as zonas mais desfavorecidas sejam poupadas a essa concorrência. Não podem por barreiras às importações e também não podem subsidiar as produções dessas zonas. A única possibilidade que, neste quadro, resta aos Estados, é por em prática medidas de apoio como as que os países ricos podem fazer. Caso das políticas europeias de apoio social às populações das zonas desfavorecidas ou o apoio económico aos produtores dessas zonas, sob o manto mais ou menos fantasioso do apoio a ambientes naturais e à conservação da biodiversidade³⁰.

É claro que o apoio que os países ricos podem dar às populações das suas regiões desfavorecidas não tem qualquer semelhança com o que podem dar os países mais pobres. E aliás, mesmo na EU, as situações são muito diversificadas, os apoios a estas zonas dependem tanto do orçamento europeu como dos orçamentos nacionais, pelo que não é de estranhar que sobretudo em épocas de fortes restrições orçamentais, como a actual, muitos dos programas de apoio que, em teoria, poderiam servir para o desenvolvimento dessas zonas desfavorecidas acabam por não ter níveis de execução aceitáveis.

Neste cenário desfavorável em que as soluções que o mercado usualmente oferece estão inviabilizadas e o apoio do Estado é insuficiente, resta a manutenção ou o refúgio em formas de produção não capitalista, seja no artesanato ou na agricultura familiar, maioritariamente de subsistência. É muito provavelmente o que se passa no Brasil em muitas áreas da reforma agrária, mas que nos países em que a possibilidade política de assentamento de agricultores familiares ou de colectivos de trabalhadores não existe, o que acaba por suceder é o engrossar do êxodo agrícola e rural e a fuga para as grandes metrópoles na ânsia de procura de melhor vida.

A rapidez dos efeitos da dinâmica globalizadora é talvez mais visível no súbito declínio das tradicionais zonas industriais dos países desenvolvidos, como aconte-

³⁰ Embora de acordo com a lógica económica faça preferivelmente sentido compensar sistemas produtivos que produzam externalidades positivas que, por definição, não são valorizadas pelo mercado.

ceu com a zona de Detroit, ainda há muito poucos anos a orgulhosa capital mundial do automóvel. Menos gritantes ou menos visíveis, porque resultantes de processos mais lentos ou de menor escala, vemos também acentuar-se a diferenciação regional em todos os países onde há zonas que, por falta de recursos naturais e/ou pela falta de infra-estruturas, ou por estruturas agrárias impeditivas do refúgio em formas de produção não capitalista, entram em processos de marginalização, declínio e até abandono. Marginalização ou declínio que se agrava pela falta de empreendedorismo capaz de induzir novas dinâmicas que atenuem ou revertam esses processos, fenómeno particularmente importante nas regiões periféricas ou remotas.

Concluindo, com a globalização aceleraram-se as mudanças na geografia produtiva tradicional e introduziu-se uma nova dinâmica no capitalismo mundial, onde cada vez mais pesam os determinantes da rentabilidade empresarial, muito influenciados pelas economias de escala. A globalização revela-se assim como a fase de aceleração e intensificação de tendências que já vêm de trás, decorrentes do alargamento de um mercado cada vez mais auto-regulado e sujeito a menores constrangimentos políticos.

E, finalmente, se para muitas zonas pobres do mundo a globalização contribuiu para mudanças radicais, com criação de emprego e, em muitos casos, mais qualificação e melhor vida para milhões de pessoas, também não pode ser esquecido que a lógica e dinâmica que lhe é subjacente se mostra como um poderoso acelerador e intensificador das condições de declínio económico e desamparo social das populações das zonas que têm a pouca sorte de fazer parte do cenário mais desfavorável anteriormente descrito.

4.4 Quem ganha e perde no processo?

Genericamente podemos identificar os ganhadores no campo do capitalismo voltado para a intermediação, comercial e, sobretudo, financeira. No campo dos perdedores temos um grupo de perdedores relativos que agrupa o sector do capitalismo produtivo que não se reconverteu e um grupo de perdedores absolutos, o trabalho organizado. Para este a globalização sido um verdadeiro flagelo, pois corresponde à libertação do capital de muitos dos constrangimentos que vitórias passadas nas lutas laborais conseguiram impor e que já foram revertidos ou estão na calha para o ser³¹.

³¹ Segundo a sugestiva imagem de Dani Rodrik (1998) a integração económica levada às últimas instâncias, determinaria que os salários seriam os de Shenzhen, o preço do capital seria fixado em Wall Street e os impostos determinados pela legislação das ilhas Caimão, embora este autor não deixe de sublinhar que a completa integração económica não parece politicamente exequível.

Outro grupo apresentado como ganhador é o dos consumidores. E de facto, o mercado permitiu que os consumidores se libertem das condicionantes de sazonalidade de muitos produtos e serviços. Trata-se de uma vantagem inegável, pois todos somos consumidores, vantagem que não deixa de ser abundantemente apregoada pela ideologia neoliberal.

Todavia, o reverso da medalha está na artificial e esquizofrénica divisão do Homem, que na qualidade de trabalhador com interesses próprios é frequentemente prejudicado pela globalização, mas que, na qualidade de consumidor, lhe é dito e reafirmado que é rei e senhor e tem sempre razão!³² Imagem de marca do consumidor soberano que, através das suas opções de compra, transmite para o mercado os sinais que os produtores vão interpretar e incorporar nas suas decisões. Imagem, segundo a qual, é pela livre decisão do consumidor que se consuma a magia do mercado que, sem precisar de qualquer intervenção exterior, é capaz de fazer funcionar a sociedade e orientar as opções produtivas em função da agregação de decisões individuais, livres de constrangimentos que não sejam os das regras do jogo do próprio mercado.

Esta imagem idílica, fundadora da teoria neoclássica e credo do fundamentalismo do mercado, esconde porém que existem outros níveis de decisão, que acabam por cercar a liberdade dos consumidores. Situação que se exacerba em resultado da lógica e dinâmica subjacentes à globalização.

Isso é perfeitamente visível com o que se passa no mercado global dos alimentos. Sabe-se que quem tem poder para regular a alimentação já não é primordialmente o Estado, mas sim grupos particulares do sector privado que determinam os padrões de produção e consumo e, por consequência, são capazes de obrigar todos os produtores a adaptar-se aos padrões que mais lhe convêm. Imposição que, indirectamente, também é imposta aos consumidores que cada vez mais apenas têm acesso a produtos padronizados.

Por outro lado, como vimos são alguns, poucos, os centros de decisão que determinam as escolhas dos produtos que aparecem nas prateleiras dos supermercados cujo carácter oligopolista está bem estabelecido, representando percentagens muito elevadas e crescentes do consumo total de alimentos.

Ora se o que se consome e a forma como se consome é cada vez mais decidido em algumas, poucas, salas de negociação, onde está a liberdade do consumidor? E onde estão os sinais para os produtores que a decisão de compra dos consumidores supostamente representa? Isto é, ninguém nega que existe liberdade dos consumidores em comprar o que lhes é disponibilizado para compra e também ninguém

³² Veja-se o desenvolvimento deste tema em Robert Reich (2007).

nega a importância dos sinais dados aos produtores por essa via. Todavia, não podemos esquecer que se trata de uma liberdade condicionada e de sinais falseados, uma vez que quem decide o que está à venda são, cada vez mais, as empresas oligopolistas que dominam o mercado. Daí que os sinais que determinam a geografia produtiva não resultam da escolha livre do consumidor mas de uma escolha condicionada e, em última análise, correspondem ao interesse, muitas vezes de curto prazo, desses grupos oligopolistas³³.

Em suma, se é inegável que os consumidores beneficiam da abundância de produtos de qualidade aceitável a baixo preço, convém temperar o alcance desse benefício. E, sobretudo, conviria saber se, caso o consumidor tivesse verdadeira liberdade de escolha, faria as mesmas escolhas ou, pelo contrário, se os sinais transmitidos pelas suas compras seriam outros?

O resultado desta lógica e dinâmica, num mundo cada vez menos limitado pelas fronteiras territoriais dos diferentes países, é a aceleração das mudanças de geografia produtiva e uma tendência para a uniformização produtiva. Concentram-se as produções nas zonas em que as qualidades naturais e estruturais permitem melhores rendimentos para cada tipo de produção e nos locais melhor posicionados para as escoar para o mercado. Situação que, obviamente, coloca os produtores perante um dilema, ou conseguem mudar para outras produções ainda que menos rentáveis mas para as quais têm acesso ao mercado, ou adoptam estratégias de desinvestimento e extensificação, que reduzem os custos. No limite voltam-se para o auto-consumo, numa estratégia defensiva e de sobrevivência, sem futuro e sucessores que, a prazo, leva as zonas onde essas estratégias dominam ao declínio económico quando não ao abandono.

Este movimento é particularmente claro nas zonas onde as estruturas agrárias são deficientes, particularmente no minifúndio ou o microfúndio. Situações em que os agricultores acabam por ser forçados a encontrarem os seus nichos de mercado ou a engrossar o número dos que sofrem do declínio económico.

Essa dinâmica é idêntica à descrita por Cochrane quando cunhou o conceito de sem-fim tecnológico (*technological treadmill*), só que agora a concorrência que a faz entrar em acção não é apenas entre vizinhos ou entre agricultores de uma mesma zona, mas se verifica a muito maior escala sendo mais dependente das razões estruturais do que dos avanços da inovação. De facto por razões naturais ou sociais, há sempre zonas do mundo mais rentáveis do que outras, o que, com os transportes baratos, se torna um potente factor acelerador das mudanças produtivas e estruturais.

Ora, nas zonas mais desfavorecidas onde por razões naturais ou estruturais a rentabilidade é menor, caso das explorações agrícolas onde não é possível obter

³³ Ver Busch (2010) sobre os problemas da escolha.

rendimentos de escala suficientes, então às produções dessas zonas apenas resta a possibilidade de serem vendidas em mercados de nicho globais, nos mercados locais em concorrência com produtos similares provenientes de todo o mundo e provavelmente mais baratos ou não conseguem aceder a qualquer mercado.

Mas para além das limitações de rentabilidade referidas, actuam no mesmo sentido outros mecanismos com idênticas implicações, vejamos com mais pormenor.

Já foi referido que, cada vez mais, são os interesses da indústria ou do comércio que, por si sós, são capazes de impor formas eficazes de regulação ao sector produtivo primário. Resulta daí a imposição de padrões rígidos aos produtores que tem levado, um pouco por todo o mundo, a verificar-se uma tendência para a uniformização produtiva que leva à substituição das variedades vegetais ou animais adaptadas por séculos de cultivo às suas zonas de produção por espécies exóticas. Os exemplos são muitos, desde as vacas de raça Holstein Friesien para a produção de leite ou as Charolesa, Angus ou Hereford para a produção de carne; os porcos Landrace ou Large White; as cepas Cabernet Sauvignon e Chardonnay para o vinho, as peras William e as maçãs Golden, Delicious ou Fuji, etc.

A implicação desta progressiva uniformização produtiva conduz à perda de biodiversidade o que não é isento de riscos. De facto reduzir o número de espécies cultivadas e raças criadas, associadas a sistemas produtivos mais simples, por vezes de monocultura, aumenta o risco de ataques generalizados de pragas ou doenças em vastas áreas agrícolas.

Acresce que esta tendência tem levado à perda de conhecimento, isto é do saber produzir, produtos e alimentos tradicionais.

FACTORES DE INSUSTENTABILIDADE

Por razões de clareza de exposição separam-se os aspectos de sustentabilidade que derivam de questões físicas dos que resultam de questões sociais.

Começo pelos primeiros e exactamente sobre o papel dos transportes que já foi suficientemente sublinhado neste texto como factor determinante da globalização. A revolução dos transportes foi factor determinante da globalização na medida em que a revolução tecnológica e a logística permitiram reduzir muito o preço dos transportes a longa distância, seja de pessoas ou de mercadorias. Nesta fase de globalização o preço dos transportes deixou de ser uma parcela importante na formação do preço final das mercadorias e os transportes *low cost* tornaram o preço das viagens individuais quase negligenciável³⁴.

³⁴ Actualmente hoteleiros dos Açores oferecem a viagem do Continente a que garanta uma estadia mínima de 5 dias.

Ora os transportes dependem do petróleo ou, eventualmente, de bio-combustíveis³⁵ uma vez que o recurso ao nuclear tem estado restrito às naves de guerra e o eléctrico às deslocações terrestres. Nestas condições, o preço dos transportes não pode deixar de estar dependente do preço do petróleo, recurso escasso que a prazo terá tendência a subir de preço. Sabe-se ainda que muito do comércio a longa distância, tanto de produtos industriais como de matérias-primas agrícolas, só tem razão de ser do ponto de vista económico enquanto o preço do transporte continuar a ser uma fracção negligenciável do preço final. Assim, para muitos produtos, a lógica do transporte a longa distância perderá todo o sentido se o preço do transporte ultrapassar determinados limiares.

Conjugando um previsível aumento do preço do petróleo num prazo não muito longo (em 2008 já houve uma amostra do que pode acontecer), com menos apoios públicos ao sector dos transportes (e já nem refiro eventual regulação que obrigue à internalização das externalidades que provoca), parece lógico estimar que muito do transporte a longa distância venha a perder a sua razão de ser. Particularmente nos casos em que actualmente já só se justifique por razões de diferenciais de preço muito pequenos.

Note-se que parte da insustentabilidade do actual sistema que resulta do desperdício de um recurso escasso que, além do mais, é dos principais responsáveis pelo efeito de estufa, poderá, através do previsível aumento de preço do petróleo servir para internalizar, em parte, algumas das externalidades negativas do sector dos transportes que tanto tem sido agravadas com os subsídios directos e indirectos ao sector.

De qualquer modo, mesmo que a visão do rápido esgotamento de recursos a curto prazo veiculada pelo Clube de Roma nos anos 70 e por muitos ambientalistas seja exagerada, o certo é que, sem outra revolução tecnológica que liberte a civilização da dependência do petróleo, será previsível um forte abrandamento do transporte a longa distância, sobretudo dos produtos com vantagens competitivas diminutas. Se, pelo contrário, a nível mundial tiver ganho de causa uma visão que defenda que o petróleo é um bem escasso que não pode ser desperdiçado da forma como actualmente se faz, então as externalidades do sector dos transportes terão de ser reduzidas e assistir-se-á a um forte abrandamento de todo o comércio de longa distância. Se o primeiro cenário me parece plausível a curto prazo, já o segundo me parece bastante mais improvável atendendo aos interesses instalados³⁶.

³⁵ Embora estes sejam primordialmente vocacionados para o transporte terrestre e tenham de competir com a produção de alimentos.

³⁶ O fracasso da Conferência de Copenhaga é sinal disso mesmo.

Passemos agora aos factores de insustentabilidade decorrentes de factores sociais.

Como Reinhardt e Rogoff (2009) mostram, crises bancárias atingem tanto os países ricos como os pobres e são mesmo anteriores à hegemonia do capitalismo³⁷. E também mostram que, como título da sua obra indica, antes de cada crise os responsáveis bancários e da supervisão estão convencidos de que desta vez é diferente! Mostrando uma certeza e confiança na bondade das ideias dominantes no momento imediatamente antes da crise que só se justifica pela fé, revelando ao mesmo tempo uma arrogância sem limites perante o desconhecido.

De facto só essa fé e essa arrogância explicam porque razão os ensinamentos de Kalecki e Keynes que contribuíram para debelar a crise dos anos 30 e foram aplicados, com sucesso, na New Deal e em todo o período de ouro do sistema, foram votados voluntariamente ao ostracismo e retirados dos programas universitários. Ou porque razão os avisos quanto à inerente instabilidade do sistema de feitos por Minsk (2008) nos anos oitenta, ficaram letra morta até que a crise deflagrou em cheio. E, como sublinha Stiglitz (2010), trata-se de uma crise que poderia ter sido evitada se essa confiança cega e a arrogância perante as ideias contrárias não tivessem tido ganho de causa, isto é, “se o Estado democrático tivesse sido capaz de resistir à desregulação dos mercados financeiros” (Brasser-Pereira (2010: 52).

Acontece que se vive num mundo onde domina a tirania financeira dos fundamentalistas do mercado e onde a instabilidade financeira, geradora de crises, está associada a uma peculiar sensibilidade social que defende, sem vergonha, que o que interessa é garantir apoios ao sector financeiro quando este o necessite e menos impostos para os ricos, ao mesmo tempo que advoga a retirada do Estado, limitando a produção de bens públicos e obriga à redução das prestações sociais de ajuda aos desempregados ou aos desfavorecidos, atingidos por crises para as quais em nada contribuíram. Temos assim todos os ingredientes necessários para um descontentamento social generalizado, fomentador de populismos de tendências distintas, o que em última instância é capaz de fazer perigar os regimes democráticos.

Este diagnóstico remete para a necessidade de ultrapassar a visão estritamente económica e pensar na economia política, como se encontra na lúcida caracterização de Dani Rodrik (2002) do trilema da globalização. Segundo este autor, dos três pólos da globalização: plena integração económica, respeito pela democracia e governos de soberania nacional, só é política e socialmente possível compatibilizar simultaneamente dois desses pólos. Daí que, a continuarem os esforços da promo-

³⁷ Embora só as grandes crises, como a grande depressão dos anos 30 e a actual, tenham tido efeitos de tão grande dimensão.

ção da globalização sem que formas de coordenação e regulação democráticas a um nível supra nacional, se tornem efectivas, se caminha para o aprofundamento de uma globalização sem democracia, motivo para revoltas sociais que se tornem em factor maior de insustentabilidade.

Note-se que, entre os factores que fizeram falhar a cimeira de Seattle da omc e as seguintes, certamente estará a arrogância dos defensores da globalização neo-liberal, evidente na forma como se estabelecem os acordos ao nível da omc, bem como as perspectivas, falhadas, de dar ainda garantias suplementares ao capital³⁸, mesmo que à custa do atropelo das decisões democráticas dos povos. Não são assim de estranhar as manifestações populares que, como Friedland (2008) salienta, têm agora uma nova característica que as distingue das antigas manifestações populares de descontentamento: onde historicamente eram as forças da ordem, a mando dos poderosos, que cercavam os manifestantes, agora o que acontece é que são os poderosos que se refugiam em locais isolados e sob fortíssima protecção policial.

NOTAS CONCLUSIVAS

Ao nível mais geral há que reconhecer que esta via globalizadora, construída de acordo com os desígnios e a lógica do capital, que foi o seu primeiro beneficiário, incentivou o crescimento económico global e directa ou indirectamente obrigou a novas qualificações e permitiu melhorias de nível de vida de muitos milhões de pessoas³⁹, libertando-as de dependências e constrangimentos económicos e sociais que, anteriormente, as limitavam, embora em muitos países essa libertação não os tenha poupado ao uso da força que se faz sentir, com violência, quando reivindicam outras condições salariais ou civilizacionais. Isto é, o capital nesta fase de globalização continuou a cumprir a função progressista que já Marx lhe reconhecia.

O reverso da medalha já não é tão positivo. Em primeiro lugar pela mensagem política que trouxe: a globalização tem servido como meio privilegiado de tirar poder ao trabalho organizado e refrear as reivindicações laborais. Agora cada vez menos é necessário adoptar medidas mais ou menos violentas para tornar o mundo do trabalho mais dócil. Basta acenar com as ameaças de deslocalização e de compra de produtos noutro qualquer local do mundo para que se assista imediatamente à retracção das acções reivindicativas e até à aceitação de redução de benefícios que,

³⁸ O falhado AMI (Acordo Multilateral de Investimentos) que nas palavras do antigo director geral da omc, não é mais do que escrever a constituição de uma única economia global (Michelle Sforza-Roderick *et al* (s/d).

³⁹ Embora os defensores da globalização tendam a esquecer que a situação de pobreza além de dinâmica deve ser entendida como a resultante de um fluxo onde às melhorias de uns correspondem situações em que para outras as sua posição, absoluta ou relativa, piora (Krishna, 2010).

historicamente, foram tão difíceis de obter. Em suma, para os interesses do capital, é cada vez menos necessário recorrer a práticas mafiosas de controlo sindical, como a história americana é fértil, ou à brutalidade policial um pouco por todo o mundo. A globalização veio trazer a auto-moderação dos trabalhadores através do medo. Medo do desemprego e das perdas de regalias associadas, sobretudo quando se sabe que o Estado-nação, por vontade dos governantes ou por imposição da tirania financeira, se vê obrigado a diminuir os apoios sociais aos desempregados e se vive num período de crescente aumento do que Marx chamou de exército industrial de reserva.

Mas note-se, no mundo mais desenvolvido a desvalorização salarial e consequentemente a perda de poder de compra da grande massa de assalariados só não se traduziu, imeditamente, em perda da procura efectiva e diminuição do crescimento, porquanto a economia do crédito e a lógica das hipotecas subprime, permitiram compensar a perda salarial e com a deslocação produtiva para novas zonas⁴⁰.

Em jeito de balanço pode dizer-se que, do lado dos grandes ganhadores, estão aquelas fracções do capitalismo de intermediação, as que melhor souberam aproveitar da liberalização dos circuitos globais de produção e comercialização. Do lado dos perdedores relativos, estão as formas de capital que não se souberam adaptar aos determinantes da globalização. Também perdedores são os sectores não capitalistas tradicionais que ou perderam a sua identidade ou definham, enquanto surgem novas legiões de auto-empregados que executam trabalhos em *outsourcing*, substituindo trabalhadores assalariados, mas cuja lógica económica é a da economia familiar⁴¹.

Os maiores perdedores são os trabalhadores e os desempregados dos países desenvolvidos. Os primeiros que viram as suas organizações representativas perder poder, assistem à erosão dos seus rendimentos⁴² e, cada vez mais, estão sujeitos ao medo do desemprego e da perda de regalias que tanto sangue, suor e lágrimas, custaram a conquistar. Os segundos porque, em tempo de crise constituem uma legião em crescimento dos que não têm fonte de rendimento estável.

Ao nível mais restrito do desenvolvimento rural a globalização intensifica as mudanças na geografia produtiva, exacerbando o desenvolvimento desigual, onde as

40 Como lembra Harvey (2010), seguindo uma perspectiva marxista, as contradições internas da acumulação capitalista só se têm resolvido através das mudanças geográficas inerentes à globalização.

41 "In the last four years, self-employment earnings relative to earnings of traditional workers have reached historical lows. In 2005, the average self-employment worker earned only one-half of what wage-and-salary employees captured (\$16,851 versus \$31,596)" Goetz (2008 :1).

42 Que nos EUA foi em parte compensada pelo consumo de produtos baratos da globalização e pela possibilidade de alavancar os seus rendimentos através da valorização das suas casas e da renegociação das respectivas hipotecas, exactamente a causa próxima da crise do *subprime* que fez deflagrar a crise financeira actual.

regiões mais remotas ou periféricas, ou onde as condições naturais e estruturais são menos favoráveis perdem peso em relação às mais favorecidas.

A lógica e dinâmica subjacentes a este processo globalizador têm, no entanto, limites óbvios.

Desde logo há que sublinhar os limites da sustentabilidade ambiental que a industrialização e a vida em sociedade segundo o modelo ocidental, com a sua lógica inerentemente potenciadora do desperdício, juntamente com o crescimento dos transportes e as mudanças de geografia produtiva vieram intensificar.

Mas também não se podem descartar os limites sociais e políticos que a crise veio por em evidência. A já referida contradição do trilema da globalização de Rodrik torna-se assim muito mais visível. Um pouco por todo o lado, os excluídos dos benefícios da globalização vão-se manifestando contra a perda de regalias nos países ricos e só não se manifestam mais porquanto o medo tem vindo, lenta mas seguramente, a substituir a participação na construção da cidadania. Mas também se manifestam nos países pobres quanto se agravam as respectivas condições de vida em momentos que a lógica ortodoxa do capital exige austeridade.

Em suma, à utopia de uma globalização feliz (Minc, 1997), que o é para os detentores do capital e para os seus agentes, contrapõe-se o medo e a amargura do desemprego e a ansiedade da ameaça da fome para grande parte da humanidade.

BIBLIOGRAFIA

- Alexander, D. (2010), *The Impact of the Economic Crisis on the World's Poorest Countries*. In *Global Policy*, Vol.1, nº1, pp. 118-120.
- Bairoch, P. (1997) "Globalization myths and realities". In Boyer e Drache (org.) *States Against Markets*. Londres. Routledge, pp.173-192.
- Bresser-Pereira, L.C. (2010), "A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?", In *Novos Estudos*. CEBRAP, Março, pp. 51-72
- Busch, L. (2010), *Individual Choice and Social Values: Choice in the Agrifood Sector*. Paper for the XVI World Congress of Sociology, Gothenburg, Sweden, 2010.
- Busch, L. e Lacy, W. (1988), "Biotechnology and the restructuring of the world food order". In Bonanno (org.) *Sociology of Agriculture*. New Delhi. Concept Publishing Company, pp. 3-26.
- Cassidy, J. (2009), *How Markets Fail. The logic of Economic Calamities*. New York. Farrar, Strauss and Giroux.
- Castells, M. (2003), "A Cidade na Nova Economia". In Jorge Alberto Machado

- (org.) *Trabalho, Economia e Tecnologia. Novas Perspectivas para a Sociedade Global*. S. Paulo. Ed. Tendez e Ed. Praxis. pp.15-29.
- Castells, M. (1996), *The Rise of the Network Society*. Malden, MA. Blackwell.
- Cochrane, W. (1979), *The Development of American Agriculture: A Historical Analysis*. Minneapolis, University of Minesota Press.
- Cohen, P. (2009), "Ivory Tower Unswayed by Crashing Economy". In *New York Times*, 4 March, p.C1.
- Cox, H. (1999), "The Market as God: Living in the new dispensation". In *The Atlantic*, March 1999 5p. Retirado da Web a 20/7/2010. <http://www.theatlantic.com/past/docs/issues/99mar/marketgod.htm>
- Denord, F. (2002), "Le prophète, le pèlerin et le missionnaire". In *Actes de la recherche en sciences sociales* 5/2002 (n° 145), p. 9-20. Retirado da Web a 28 de Julho de 2010. <http://www.cairn.info/revue-actes-de-la-recherche-en-sciences-sociales-2002-5-page-9.htm>.
- Dixon, K. (1999), *Os Evangelistas do Mercado: Os Intelectuais Britânicos e o Neoliberalismo*. Oeiras. Celta Editores.
- Domhoff, G. W. (1996), *State Autonomy or Class Dominance?: Case Studies on Policy Making in America*. New York. Aldine de Gruyter.
- Fitoussi, J-P. (1997), *O Debate-Tabu: Moeda, Europa, Pobreza*. Lisboa. Edições Terramar.
- Friedland, W. (2008), Perspectives and Change in Agriculture and Food Under Globalization. Keynote speech at the XII World Congress of Rural Sociology, Seoul.
- Goetz, S. (2008), Self-Employment in Rural America: The New Economic Reality, in *Rural Realities*, Vol. 2, Issue 3, pp-1-12.
- Goodman, D. Sorj, B. e Wilkinson, J. (1987), *From Farming to Biotechnology: A Theory of Agro-Industrial Development*. Oxford, Basil Blackwell.
- Greider, W. (2001), "Will corporations trump nations? As NAFTA reach expands, so do its threats to democracy". In *The Nation*.
- Grievink, Jan-Willem. 2003. "The Changing Face of the Global Food Industry." The Hague. OECD Conference Presentation.
- Harvey. D. (2010) Crises of Capitalism. In: <http://www.nakedcapitalism.com/2010/07/david-harvey-crises-of-capitalism.html>.
- Johnson, S. (2009), "The Quiet Coup". In *The Atlantic*, May 2009, 12p. In <http://www.theatlantic.com/magazine/archive/2009/05/the-quiet-coup/7364/>
- Krishna, A. (2010), "Who became poor, who escaped poverty, and why? Developing and using a retrospective methodology in five countries". In *Journal of*

- Policy Analysis and Management*, Special Issue: Special Issue on Poverty Measurement Volume 29, Issue 2, pages 351–372, Spring 2010.
- McMichael, P., and D. Myhre (1991), “Global regulation *vs.* the nation-state: agro-food systems and the new politics of capital”. In *Capital & Class*, 43, Spring, pp. 83–105.
- Minc, A. (1997), *La Mondialisation Heureuse*, Plon.
- Minsk, H. (2008), *Stabilizing an Unstable Economy*. New York. McGraw- Hill. Reedição da publicação de 1986 da Yale University Press.
- Otero, G. & Pechlaner G. (2010), “The Neoliberal Food Regime: Neoregulation and the New Division of Labor in North America”. In *Rural Sociology* 75(2), 2010, pp. 179–208
- Reich, R. (2007) *Supercapitalism. The Transformation of Business, Democracy, and Everyday Life*, New York, Alfred Knopf.
- Reinhart, C. e Rogoff, K (2009), *This Time is Different. Eight Centuries of Financial Folly*. Princeton e Oxford. Princeton University Press.
- Rodrik, D. e Subramanian, A. (2008), “Why did Financial Globalization Disappoint?” In <http://www.hks.harvard.edu/fs/drodrik/research.html>.
- Rodrik, D. (2002), “Feasible globalizations”. In <http://www.hks.harvard.edu/fs/drodrik/Research%20papers/Feasglob.pdf>
- Rodrik, D. (1998), “Symposium on globalization perspective: an introduction”, *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 12 (4), pp.3–8.
- Sforza-Roderick, M., Nova, S. e Weisbro, M. (s/d), “Writing the Constitution of a Single Global Economy: A Concise Guide to the Multilateral Agreement on Investment - Supporters’ and Opponents’ Views”. In <http://www.flora.org/flora/archive/mai-info/maioverv.htm>.
- Singer, P. (1998), *Globalização e Desemprego. Diagnóstico e Alternativas*. S. Paulo. Contexto.
- Stiglitz, J. (2010), *Frefall. America, Free Markets, and the Sinking of the World Economy*. New York. W.W.Norton&Company, 361 p.
- Tapia, C. (1995), *Les Délocalisations Internationales*. Paris. Hatier.
- Veiga, J (2000), *A Face Rural do Desenvolvimento*, Porto Alegre: Editora da Universidade.
- Wade, R. (2010), “After the Crisis: Industrial Policy and the Development State in Low-Income Countries”. *Global Policy*, Vol.1, nº1, pp. 150–161.